

A visão do educador sobre a judicialização das relações escolares

Álvaro Chrispino



O fenômeno da judicialização das relações escolares se caracteriza pela ação da justiça no universo da escola, resultando em condenações de diversos tipos. De início, verificamos que os atores principais da educação não sabem lidar com todas as variáveis que caracterizam as relações escolares. Semelhante judicialização ocorre na política, na saúde e nas políticas públicas, isto é, a chamada do poder judiciário para resolver problemas próprios de uma determinada área. No que se refere às relações escolares, significa que se estão buscando as soluções para problemas, situações e ocorrências do universo escolar no poder judiciário.

Os educadores e gestores desconhecem os deveres instituídos pelo novo Código Civil, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Código de Defesa do Consumidor, não se preocupando em estudá-los. Após o advento da Constituição de 1988, pavimentou-se o caminho para a judicialização com a facilitação dos meios para a resolução dos conflitos familiares, entre vizinhos e a possibilidade de acionamento das instituições estatais — as comarcas federais foram levadas ao interior dos estados, criou-se o Ministério Público e se multiplicaram os juizados especiais cíveis (de pequenas causas). As escolas e os professores, enquanto prestadores de serviços, estão submetidos às regras referentes a esse setor da economia.

A população atual está mais e melhor esclarecida sobre seus direitos e tem acesso direto e rápido à jurisprudência de todos os tribunais. Nós, como educadores, não estamos sabendo ocupar nosso espaço, e a solução dos problemas ocorridos no espaço da educação deve encontrar nos educadores a primeira linha de solução. Se as famílias, ou aqueles a quem prestamos serviços, vão buscar no poder judiciário a solução de problemas ocorridos no âmbito escolar, é porque não estamos sabendo lidar com esse novo fenômeno.

A massificação do ensino trouxe para as escolas, inclusive as privadas, um número maior de alunos diferentes, por acesso ou por ascensão social. Em razão desse contingente heterogêneo de novos estudantes, verificou-se um aumento das situações conflituosas no interior dos estabelecimentos de ensino. Porém, continuamos a tratar esses alunos diversos, divergentes e heterogêneos em grupo, como se fossem homogêneos, porque a escola tem uma taxa de mudança muito lenta. Se não nos atualizarmos com as mudanças, vitimizamo-nos.

Todas as facilidades alcançadas nos últimos anos acirram os consumidores, muitas vezes ávidos por obter ganhos financeiros, e expõem os prestadores de serviços. Além das escolas, profissionais como médicos, cirurgiões plásticos, dentistas, engenheiros, etc, estão enfrentando essa situação. Ao se difundir a informação dos direitos dos consumidores, a tolerância destes reduziu-se. O prestador de serviços é que precisa provar que prestou bem o serviço oferecido. Portanto, as escolas devem estar receptivas para conhecerem essa questão mais competentemente.

Uma solução satisfatória para enfrentar esses conflitos seria a capacitação proativa dos recursos humanos — professores, gestores e administradores. Ou se aprende a lidar com as novas ferramentas de garantias de direitos, ou se passará a adotar uma posição de defesa. É preciso compreender a lógica da situação de confronto que se cria em nosso espaço de trabalho, seja a sala de aula ou ambiente de gestão da escola. Também faz-se necessário a melhoria da qualidade dos processos que caracterizam o serviço da escola, como a clareza dos regimentos das instituições (que sejam acessíveis e coerentes com a realidade dos estabelecimentos).

Não conheço escolas de grande porte que tenham planos de contingência para possíveis problemas de maior porte (incêndio, roubo, etc). Há escolas que não se preparam para situações de pânico, que envolvam a segurança dos alunos, dos professores e dos funcionários. Além disso, se partimos da premissa que as escolas contemplam alunos heterogêneos, diferentes e divergentes, então é indispensável haver mecanismos internos de prevenção e gestão de conflitos. A responsabilidade civil das instituições de ensino em casos de acidentes na prática da educação física ou nos experimentos em laboratórios, por exemplo, é totalmente desconhecida no Brasil. Enfim, os estabelecimentos de ensino têm de demonstrar disposição institucional para se adequar aos novos tempos.

Quais são os limites da possibilidade e da intensidade do tratamento pedagógico do aluno que comete atitudes incorretas? Como se desconhecem esses limites, temem-se as possíveis intervenções dos órgãos de proteção da infância e da adolescência. O tratamento pedagógico às atitudes incorretas do aluno devem se iniciar no momento da primeira ação inadequada ao relacionamento respeitoso, com ações apropriadas à verdadeira compreensão do papel do aluno e do professor, a fim de evitar situações de agressão, autoritarismo e anarquia.